



GERDAU SUMMIT AÇOS FUNDIDOS E FORJADOS S.A.

CNPJ Nº 24.554.306/0001-58

CONTINUAÇÃO

no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **3.4 - Imobilizado:** A Companhia utilizou o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imóvel encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos exclusivamente por *software*. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicadores de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **3.7 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c) Instrumentos financeiros derivativos e hedge:** A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos com base em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras. Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na Demonstração de Resultados Abrangentes. A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na Demonstração do Resultado Abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na Demonstração do Resultado quando a operação coberta for reconhecida na Demonstração do Resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a Demonstração do Resultado. Nos casos de *hedge* de investimento líquido o montante registrado na Demonstração do Resultado Abrangente é baixado e reconhecido na Demonstração do Resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do *hedge*. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de Perdas com instrumentos financeiros, líquido, na Demonstração do Resultado. **3.8 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social corrente correspondem aos tributos apurados sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste relativo a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.9 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a

mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **3.10 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **3.11 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.12 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.13 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 9), provisões necessárias para passivos tributários e trabalhistas (nota 15) e recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **3.14 - Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **3.15 - Novos pronunciamentos:** - Alteração do pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19. Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Companhia adotou esta alteração de norma no exercício de 2020 e não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração do pronunciamento CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração dos pronunciamentos CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração dos pronunciamentos CPC 48, CPC 38 e CPC 40 (R1) - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de *hedge*. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, os quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: - Alteração das normas CPC 48, CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 11 e CPC 06 (R2) - Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras. **3.16 - Riscos associados a pandemia da Covid-19:** A pandemia da Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido à paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva. A pandemia da Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia. A Companhia continuará, ao longo de 2021, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que comprometam sua capacidade financeira, acarretarem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber de clientes, resulte em efeitos sobre o valor realizável dos estoques ou a manutenção de ativos fiscais diferidos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Caixa	128	97
Bancos e aplicações de liquidez imediata	71.635	35.511
Caixa e equivalentes de caixa	71.763	35.608
Titulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	18.432	22.764
Aplicações financeiras	18.432	22.764

As aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2020	2019
Contas a receber de clientes	71.253	66.619
(-) Provisão para risco de crédito	(1)	(114)
Contas a receber de clientes	71.252	66.505

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2020	2019
Valores a vencer	69.135	58.361
Vencidos:		
Até 30 dias	1.597	4.255
Entre 31 e 60 dias	451	3.346
Entre 61 e 90 dias	70	-
Entre 91 e 180 dias	-	657
(-) Provisão para risco de crédito	(1)	(114)
Contas a receber de clientes	71.252	66.505

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	2020	2019
Saldo em 01/01/2019	(107)	(198)
Créditos provisionados no exercício	(198)	191
Créditos recuperados no exercício	191	(114)
Saldo em 31/12/2019	(114)	(158)
Créditos provisionados no exercício	(58)	171
Créditos recuperados no exercício	171	(1)
Saldo em 31/12/2020	(1)	(1)

6 - ESTOQUE

	2020	2019
Produtos em elaboração	60.963	63.647
Produtos prontos	48.185	66.367
Matérias-primas	18.910	17.173
Materiais de almoxarifado	4.126	4.231
Importações em andamento	82	57
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(279)	(54)
Estoque	131.987	151.421

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Saldo em 01/01/2019	-	-
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(54)	-
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	-	(54)
Saldo em 31/12/2019	-	(54)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(279)	-
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	-	54
Saldo em 31/12/2020	(279)	-

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2020	2019
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	47.501	6.481
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3.748	20.733
Imposto sobre Produtos Industrializados	3.027	7.842
Programa de Integração Social	238	4.052
Outros	799	799
Circulante	55.313	39.907
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	70.288	100.119
Outros	-	10
Não circulante	70.288	100.129
Total	125.601	140.036

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2025.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.593	15.911
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(8.022)	(5.410)
Ajustes dos impostos referente:		
- incentivos fiscais	463	1.503
- diferenças permanentes (líquidas)	(401)	(464)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.960)	(4.371)
Corrente	(11.698)	(5.049)
Diferido	3.738	678

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020
Provisão para passivos tributários e trabalhistas	288	206	494
Outras diferenças temporárias	(971)	1.448	477
Efeito de variação cambial diferida	992	828	1.820
Provisão para perdas	494	1.256	1.750
Total	803	3.738	4.541

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2020	Ativo 2019
2020	-	572
2021	2.274	58
2022	454	58
2023	454	58
2024	454	29
2025 em diante	905	28
Total	4.541	803

9 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Máquinas, Equipamentos e instalações		Imobilizações em andamento	Outros	Total
	equipamentos e instalações	eletrônicos de dados			
Saldo em 01/01/2019	319.191	1.184	205.385	563	526.323
Adições	95	489	39.223	-	39.807
Transferências	236.430	142	(236.737)	165	-
Baixas	(578)	-	-	-	(578)
Saldo em 31/12/2019	555.138	1.815	7.871	728	565.552
Adições	36	258	30.135	17	30.446
Transferências	22.766	40	(22.809)	3	-
Saldo em 31/12/2020	577.940	2.113	15.197	748	595.998

Depreciação acumulada	Máquinas, Equipamentos e instalações		Imobilizações em andamento	Outros	Total
	equipamentos e instalações	eletrônicos de dados			
Saldo em 01/01/2019	(257.087)	(1.018)	-	(486)	(258.591)
Depreciação	(15.258)	(80)	-	(30)	(15.368)
Baixas	568	-	-	-	568
Saldo em 31/12/2019	(271.777)	(1.098)	-	(516)	(273.391)
Depreciação	(18.938)	(228)	-	(35)	(19.201)
Saldo em 31/12/2020	(290.715)	(1.326)	-	(551)	(292.592)

Os seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	5 anos

b) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado: A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício. A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

10 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se ao desenvolvimento de *software*:

	Desenvolvimento de software
Saldo em 01/01/2019	486
Aquisição	666
Amortização	(232)
Saldo em 31/12/2019	920
Aquisição	640
Amortização	(438)
Saldo em 31/12/2020	1.122
Vida útil	5 anos

CONTINUA